

A Crítica Feminista e as ações para o reconhecimento da literatura escrita por mulheres no cenário brasileiro

Feminist Criticism and actions to recognize literature written by women on the Brazilian scene

Renato Kerly Marques SILVA*

Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC/MA)

RESUMO: Este artigo propõe uma análise sobre a influência da Crítica Feminista no processo de disputa pelo reconhecimento da produção literária de mulheres no cenário brasileiro. Na busca por uma reversão desse cenário, pesquisadoras e escritoras têm desenvolvido ações e pesquisas que podem ser compreendidas entre dois eixos de trabalho: o primeiro é marcado pela realização de uma revisão histórica centrada na crítica ao cânone literário (Schmidt, 2010) e no resgate de escritoras; o segundo analisa a produção literária contemporânea de escritoras, o espaço ocupado por elas no mercado editorial brasileiro (Castagné, 2005) e articula-se com o processo de disputas para conquistar posições de notoriedade em instituições como academias de letras. Embora as atividades aqui indicadas tenham uma aparência dispersa e fragmentada, com este texto, tento entender os aspectos que as aproximam e as relacionam ao projeto de revisão proposto pela Crítica Feminista.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica Feminista. Escritoras Brasileiras. Processos de reconhecimento.

ABSTRACT: This article proposes an analysis of the influence of Feminist Criticism in the process of disputing the recognition of women's literary production on the Brazilian scene. In the quest to reverse this scenario, female researchers and writers have developed actions and research that can be understood along two lines: the first is marked by a historical review centered on criticism of the literary canon (Schmidt, 2010) and the rescue of female writers; the second analyzes the contemporary literary production of female writers, the space they occupy in the Brazilian publishing market (Castagné, 2005) and is linked to the process of disputes to gain positions of notoriety in institutions such as academies of letters. Although the activities listed here appear scattered and fragmented, in this text I try to understand the aspects that bring them together and relate them to the project of revision proposed by Feminist Criticism.

KEYWORDS: Feminist Criticism. Brazilian female writers. Processes of recognition.

* Doutor em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC/MA), em São Luís, MA, Brasil. Integrante do Núcleo de Estudos Feministas e Pós-Coloniais de Narrativas da Contemporaneidade - LITERATUAL/PPGLit/UFSC. E-mail: renatokerly@gmail.com

Introdução

A participação das mulheres na produção de literatura é uma atividade que se confunde com a própria existência da literatura. Apesar disso, o reconhecimento de escritoras e de seus textos é perpassado por eventos que indicam uma série de diferenças em relação à recepção crítica dedicada aos textos escritos por homens. A análise do processo de escrita, publicação, circulação de livros, elaboração de cânones e historiografias literárias pode indicar como uma literatura produzida por mulheres é submetida a um tratamento diferente do que é oferecido aos textos escritos por alguns homens¹. Com isso em mente, este artigo analisa o processo de questionamento do acesso das mulheres às instâncias de publicação e reconhecimento que tem sido realizado, principalmente, desde o surgimento do que é comumente chamado de Segunda Onda Feminista².

Embora este artigo se atenha a uma análise do cenário brasileiro, é importante registrar a influência do pensamento teórico produzido em países como os Estados Unidos. Destaca-se que a produção feminista nas universidades brasileiras se acentuou a partir do final da década de 1980 quando muitas estudantes e professoras universitárias retornaram de períodos de estudo em países onde a produção feminista já contava com significativo destaque no ambiente universitário (Hollanda, 2018).

Os trabalhos desenvolvidos a partir deste período podem ser elencados sob o rótulo de Crítica Feminista. De forma resumida, essa produção teórica contestou a produção científica que naturalizou a divisão sexual do trabalho (Rubin, 1975), produzindo uma interpretação da sociedade em que as mulheres deveriam viver dentro dos limites do mundo doméstico. Esse movimento também estava voltado para a crítica à associação das mulheres à maternidade e sua pretensa aptidão natural para o amor

¹ O uso do termo “alguns” visa registrar que diferentes grupos sociais recebem diferentes formas de atenção no “campo literário”, por exemplo, homens não-brancos ou que representam ou escrevem sobre temáticas que não reproduzem uma perspectiva de mundo centrada na figura do homem branco, de classe média, cristão, também acabam por receber uma atenção diferente. Além das assimetrias de gênero, também se verifica uma situação semelhante entre as mulheres. Aquelas não-brancas, de estratos sociais mais pobres, ou que adotam uma abordagem da sexualidade que contesta a heterossexualidade compulsória, frequentemente enfrentam uma maior rejeição por parte da crítica.

² A Segunda Onda Feminista é o período, a partir de 1970, no qual um grande número de feministas inseridas em ambientes universitários ampliaram a produção de uma crítica social aos conhecimentos produzidos por homens, identificando-os como orientados por visões sexistas em que um dos possíveis efeitos era assegurar a assimetria de poder entre homens e mulheres.

maternal (Badinter, 1985). Além disso, as pesquisadoras procuravam entender os processos históricos que sustentavam as relações de poder a partir da institucionalização de discursos que legitimavam o gênero e a expressão da sexualidade a partir da classificação de sujeitos como homem ou mulher (Scott, 1995), e do estabelecimento de uma prática heterossexual como a única permitida (Rich, 2010). A ampliação dos estudos levou à observação de que, da mesma forma que ocorre a construção social do gênero, também há a construção social da ciência. Sob essa perspectiva, a produção teórica de disciplinas como Biologia e Física contribuía para reforçar posições de poder que privilegiavam os homens (Fox-Keller, 2006; Harding, 1993).

No campo dos Estudos Literários, como nas demais disciplinas em que a Crítica Feminista tem atuado, a perspectiva política orienta a compreensão sobre como o conhecimento tem sido produzido, de forma que o discurso científico é orientado por uma agenda de reivindicações e questionamentos que buscam melhores condições de vida para as mulheres. Essa postura está alinhada com a ideia de que "o pessoal é político", e confirma a perspectiva de que a produção do conhecimento e todas as relações sociais estabelecidas são estruturadas a partir de relações de poder e, como tais, também possuem natureza política.

A partir desta compreensão, identifica-se a organização da pesquisa sobre a produção de literatura realizada por mulheres como inserida no projeto político que contesta os discursos que afirmavam a inferioridade intelectual da mulher, silenciando suas contribuições. De modo similar ao que foi proposto pela História das Mulheres, ramo da História que busca recuperar a contribuição das mulheres em diversos eventos, as pesquisadoras brasileiras tomaram como ponto de partida o questionamento da Historiografia Literária para promover a revisão deste. Ao analisar o trabalho das pesquisadoras, é possível identificar dois eixos de ação que têm orientado os estudos sobre a produção literária de mulheres no Brasil.

Em um primeiro plano, é possível observar as ações de crítica ao cânone literário e o resgate de escritoras. Esse eixo tem como objetivo a recuperação e análise da obra de escritoras que foram excluídas ou tiveram suas contribuições minimizadas nas historiografias e cânones produzidos nos séculos XIX e XX. Além disso, busca promover a circulação das obras dessas escritoras.

Em um segundo plano, destaca-se a análise da produção literária contemporânea

e as disputas pelos espaços de legitimação. Nesse eixo, observa-se quais escritoras têm seus livros publicados, quais editoras publicam e quais discursos são atualizados por textos contemporâneos. Embora essas ações estejam altamente imbricadas, muitas vezes são realizadas por grupos de pesquisa dispersos por diferentes universidades brasileiras; em função disso, algumas das análises exploram recortes que indicam a necessidade de pesquisas complementares para que se contemple um cenário mais amplo³.

As pesquisas corroboram com a percepção de que o território do literário é perpassado por relações de poder, marcado por uma concepção do autor como sujeito entendido como fora de tais relações, que escreveria com alguma autonomia em relação a exigências sociais. Entretanto, a Crítica Feminista colabora com uma análise que dessacraliza a figura do autor, denunciando sua atuação para a manutenção de um *status quo* que reconhece o terreno do literário como um domínio dos homens e apresenta uma análise importante sobre a forma como a Crítica Literária têm colaborado para o apagamento de escritoras.

1 Crítica ao cânone e resgate de escritoras

Em 1956, Brito Broca registrava que “a vida literária superou a literatura” produzida nos primeiros anos do século XX. Ele destaca que “houve muita futilidade, muito jogo floral, muito mundanismo, muita esterilidade nas mesas de café” (Broca, 2004, p. 351). Ao expor suas ideias, o crítico sugere uma separação entre o que seria inerente à literatura, isto é, o texto literário, insinuando que elementos externos desviam a atenção da crítica do que deveria ser o foco principal de seu interesse. Apesar de tal ideia, *A vida literária no Brasil – 1900* é um ótimo exemplo de como a literatura é perpassada por dimensões sociais que ultrapassam os aspectos formais do texto literário.

A formação de grupos associados a instituições governamentais, o acesso de escritores ao mercado editorial, o estabelecimento de uma rede de jornais e revistas que garantiam a subsistência financeira dos literatos, os conflitos e alianças entre escritores, a consagração em academias de letras (mesmo quando não possuíam obra publicada) e a quase exclusão das mulheres desse cenário, detalhados minuciosamente por Brito

³ A formação de grupos como o Grupo de Trabalho “A Mulher na Literatura”, na Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística, em 1985, representou um importante ponto de contato para articulação das pesquisas desenvolvidas sobre a temática destacada.

Broca, evidenciam que o ambiente literário é moldado por relações que influenciam quem e o que será publicado, assim como quem será esquecido e quem receberá reconhecimento.

As reflexões de Broca reproduzem uma ideia que será contestada por algumas disciplinas das Ciências Humanas e Sociais. Para pesquisadores como Pierre Bourdieu (1996), os processos de produção e consumo de literatura deixaram de ser vistos como elementos marginais ao texto e passaram a indicar pistas sobre como o próprio texto era reconhecido ou marginalizado. Aquilo que Broca denominava de mundanismo, e que antes deveria ser dissociado da literatura, passou a ser compreendido como parte integrante do próprio texto literário e de como este é percebido pelo público. Essa mudança de perspectiva evidencia que as relações sociais, permeadas por aspectos políticos, históricos e econômicos, desempenham um papel determinante na produção, publicação, recepção e reconhecimento do texto literário.

Em 1928, quando Virginia Woolf realizava as palestras que dariam corpo a *A Room of one's own*, publicado em 1929, o questionamento sobre o processo de exclusão das mulheres do mundo literário já despertava algumas reflexões sobre o que impulsionava essa exclusão, a dificuldade de acesso à educação, a posição frente à imposição de gerar e criar filhos, a necessidade de dinheiro para poder bancar a cara atividade de dedicar-se à escrita são algumas das barreiras destacadas por Woolf⁴.

Quando Bourdieu (1998) descreveu o conceito de capital social⁵, ele destacou um elemento que, embora não seja explicitamente retomado como uma categoria nas

⁴ Embora a escrita de Carolina Maria de Jesus (1914-1977) e Gloria Anzaldúa (1942-2004) contestem a necessidade de um quarto todo seu para que se possa escrever e indiquem que a experiência com a literatura para mulheres não-brancas apresenta maiores barreiras para o acesso e para a produção de literatura, considero que os aspectos econômicos associados a quem escreve literatura produzem um forte efeito sobre essa atividade, principalmente em um cenário como o brasileiro no qual muitos escritores têm dificuldades para sobreviver unicamente com o trabalho de produção literária. Em pesquisa realizada com um grupo de 165 autores/as que publicam nas três editoras brasileiras mais expressivas, do início dos anos dois mil. Dalcastagnè (2005) registra que cerca de 20% da amostra vive exclusivamente do trabalho com literatura. Certamente, quando analisadas editoras de menor projeção no mercado editorial, a proporção de escritoras/es que vivem exclusivamente do trabalho literário seria ainda menor.

⁵ “O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis” (BOURDIEU, 1998, p. 67), que podem ser percebidas por relações de parentesco, círculo de amigos e compadrios, os quais podem ser convertidos em capitais econômicos quando, por exemplo, potencializam o acesso de determinadas pessoas a cargos ou favorecem o reconhecimento de determinada pessoa.

pesquisas das acadêmicas brasileiras, pode ser ilustrado por uma ampla gama de exemplos que confirmam a análise do sociólogo francês: no campo literário, ocorre a articulação de capitais sociais que influenciam tanto o sucesso quanto a marginalização de mulheres e de outros grupos sociais, como negros e gays, no âmbito do reconhecimento literário. Para ele, as relações de escritores com pessoas próximas às elites políticas/intelectuais, as relações de parentesco e amizades, a trajetória escolar, profissional, a inserção em clubes e associações favorecem o reconhecimento de escritoras e escritores nos círculos literários.

Ao pensar sobre o processo de exclusão de mulheres da literatura, dois eventos expõem aspectos importantes do cenário brasileiro: o primeiro, o esquecimento de Júlia Lopes de Almeida, da *História da Literatura Brasileira*, produzida por José Veríssimo em 1916, e o segundo, a interdição da candidatura de Amélia Beviláqua, em 1930, para a Academia Brasileira de Letras.

Ao analisar a omissão de referências à Júlia Lopes de Almeida no livro de José Veríssimo, Rita Terezinha Schmidt (2010) destaca que o autor conhecia e demonstrava apreço a esta escritora, considerando-a como “uma das principais figuras femininas da literatura brasileira” (Veríssimo *apud* Schmidt, 2010, p. 131). No caso da candidatura da escritora Amélia Beviláqua, Michele Fanini (2009) registra que a rejeição foi justificada após os membros da ABL identificarem que o regimento da instituição determinava que seus participantes deveriam ser “brasileiros”, o que, segundo eles, interditava o acesso de brasileiras aos seus quadros.

Considerando a representatividade que uma historiografia e uma academia de letras têm ao construir a memória acerca de uma elite intelectual, de determinado período, pode-se registrar que as mulheres que conseguissem superar as barreiras destacadas por Woolf até poderiam ser reconhecidas como escritoras, e ocupar um espaço nas bancas de livros, nas redações dos jornais e na realização das palestras que fomentaram a vida social do Rio de Janeiro do fim do século XIX e início do XX. Entretanto, estas escritoras não seriam consagradas em espaços de produção da memória/história do país, pois

as reflexões sobre a história da literatura passam, necessariamente, pela compreensão do que chamamos de instituição literária e de seu funcionamento como instância reguladora, não só da definição do literário, mas dos procedimentos de seleção e ordenamento de seus objetos na escrita da história. Portanto, investigar inclusões e exclusões históricas é uma forma

de trazer à visibilidade as relações com a ideologia subjacentes às estruturas que definem a natureza do literário e a função da história literária como uma grande narrativa gerada em função de escolhas políticas e não de escolhas desinteressadas ou neutras. (Schmidt, 2010, p. 130)

Quando se observam as posições sociais das escritoras destacadas, identifica-se que elas compunham um pequeno grupo de mulheres que tinha acesso a uma formação intelectual, contando mesmo com o estímulo de seus maridos para realizarem atividades relacionadas com o trabalho intelectual. Júlia Lopes de Almeida fora casada com o poeta português Felinto Almeida; e Amélia Beviláqua, filha de um desembargador, era casada com o jurista Clóvis Beviláqua, que deixou de frequentar a ABL quando o acesso da esposa foi negado. A condição excepcional dessas escritoras e de algumas outras lhes garantia os requisitos mínimos para que elas pudessem dedicar-se à formação intelectual e à atividade da escrita. A grande quantidade de livros que elas publicaram (Júlia Lopes de Almeida lançou mais de trinta livros, e Amélia Beviláqua, mais de quinze) indica o interesse do público por suas obras, e a observação de José Veríssimo sobre Júlia Lopes reconhece a relevância do seu trabalho. Mas, o máximo que elas poderiam galgar em um espaço de reconhecimento não poderia ultrapassar o espaço das livrarias e das páginas dos muitos jornais e revistas com os quais elas colaboraram.

Diante do tratamento dedicado a Júlia Lopes de Almeida e a Amélia Beviláqua, o que esperar da crítica dedicada às obras de escritoras como Carolina Maria de Jesus, cujos livros preservam registros informais da língua portuguesa retratando a rotina de uma mulher negra e moradora de favela, ou dos romances de Cassandra Rios que exploravam a temática da sexualidade lésbica. Essas obras oferecem perspectivas e vozes que foram marginalizadas na literatura e tocam em questões que são estigmatizadas na sociedade. O grande sucesso de vendas atingido por essas escritoras conviveu com ações de descaso e chacota promovido por críticos associados a instâncias de legitimação (Abreu, 2004), como academias de letras, e a formas literárias comprometidas para a reprodução dos valores associados a uma elite econômica/política/intelectual dirigida por homens brancos, das classes médias, heterossexuais.

A exclusão dessas mulheres serve como indício de como as instituições literárias se configuram como mecanismos de consagração dos vencedores (conforme Benjamin, 1987), representando os elementos das elites mencionadas, ao mesmo tempo que

promove o apagamento dos vencidos, ou seja, todos os que estão fora desse círculo. Dito de outra forma, a escrita de José Veríssimo ou as eleições para os quadros da ABL são orientadas por uma concepção de História que definia a figura do homem como única a ocupar posições de poder e, como tal, merecer a distinção que é conferida pela consagração em academias de letras ou pelas historiografias. Novamente, Rita Schmidt oferece uma análise sobre como se configura a interdição de mulheres aos instrumentos de consagração literária: “A história literária e as formações canônicas emergem como lugares histórico-político-discursivos, por excelência, do privilégio de um sujeito enunciador e, conseqüentemente, da produção textual de subjetividades hegemônicas” (Schmidt, 2010, p. 133).

Embora essa perspectiva ainda seja reproduzida, fraturas expõem as ficções que envolvem a construção da História, indicando como este conhecimento é marcado pela perspectiva dos que se ocupam dela. Nesse sentido, os trabalhos de historiadoras como Robin Morgan, quem pela primeira vez usa o termo “Herstory”, no livro *Sisterhood is Powerful* (1970), mostram como a História é construída a partir do silenciamento das mulheres. Um outro exemplo é o trabalho de Michelle Perrot, em parceria com Georges Duby, *História das Mulheres no Ocidente*, que fora publicado em cinco volumes entre 1990 e 1991 e também apresenta uma reflexão que busca rever a participação das mulheres na história, indicando as contribuições das mulheres em diferentes eventos.

Como muitos dos questionamentos que emergiram com a Crítica Feminista, a exclusão de mulheres da literatura ganhou força no Brasil a partir da década de 1990. Apesar das muitas críticas, por ser identificada como mais uma importação de ideias europeias ou norte-americanas (Schmidt, 2010), o trabalho de muitas pesquisadoras tem contribuído para a revisão de muitos estudos literários. Ao identificar as relações entre a trajetória das escritoras citadas e o processo de acesso e permanência em cânones, historiografias e panteões, observa-se que as relações de gênero são importantes elementos que demarcam o tratamento que as escritoras recebem.

Nesse sentido, iniciou-se um processo de recontar a História que reconhecia a necessidade de contestar a narrativa registrada pela perspectiva dos que venceram, acrescentando a face das mulheres que foram excluídas. Além da análise do capital social proposta pela Sociologia, é relevante ressaltar como a Crítica Feminista conseguiu reunir uma ampla gama de estudos que reforçam o argumento de que as

relações de gênero foram responsáveis por sustentar a exclusão das mulheres de ambientes intelectuais, resultando, por extensão, na marginalização delas nas esferas de reconhecimento intelectual, historicamente consideradas exclusivas para alguns homens⁶.

No caso brasileiro, a pesquisa sobre a participação das mulheres na literatura ganhou significativa projeção nos finais da década de 1990. Naquele momento, a antologia *Escritoras brasileiras do século XIX* acrescentou uma importante contribuição sobre a produção de escritoras no Brasil do século XIX. Organizada por Zahidé Muzart, a antologia teve o primeiro dos seus três volumes publicado em 1999. Além de promover a divulgação de escritoras e obras que haviam sido esquecidas, esta pesquisa contesta uma das afirmações da historiografia literária brasileira. Essa historiografia argumentava que havia uma publicação ínfima de escritoras, e ainda menosprezava a relevância da produção dessas autoras. No entanto, tal perspectiva foi questionada pela antologia que procurou inserir as mulheres na História, destacando a importância da sua produção literária (Ramos; Schmidt, 2005).

A partir do questionamento do cânone do século XIX, como exclusivamente ocupado por homens, o trabalho das mais de quarenta pesquisadoras envolvidas na produção de *Escritoras brasileiras do século XIX* confirmava que o acesso à educação e a possibilidade de dedicar-se à escrita eram apenas algumas das barreiras que as mulheres precisavam enfrentar, já que a crítica literária elaborada majoritariamente por homens, como registra Constância Duarte (1997), trabalhava para manter essa exclusão, resguardando o espaço da história e de uma memória nacional para um seleto grupo de homens.

O trabalho realizado pelas pesquisadoras, além de divulgar as contribuições políticas e literárias de mais de 150 escritoras que publicaram literatura entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, buscava a promoção da circulação dos textos dessas escritoras, o que foi realizado por meio da Editora Mulheres, também dirigida por Zahidé Muzart. A editora publicou obras de escritoras como Júlia Lopes de Almeida, Maria Firmina dos Reis, Carmem Dolores, Emília Freitas

⁶ Ellen Moers, ao publicar *Literary Women: the great writers*, em 1976, retomou a grande produção literária de mulheres no século XIX e identificou as contribuições das escritoras para a literatura contemporânea. Elaine Showalter (1977), em *A literature of their own: british women novelists from Brontë to Lessing*, ao estudar a obra das escritoras britânicas do século XIX e XX, relacionou-as a uma tradição literária produzida e lida por mulheres.

e Maria Benedita Bormann. Com essas publicações, buscava-se fomentar a produção crítica sobre as autoras e suas obras, além de ampliar a discussão iniciada com a publicação da antologia.

O trabalho de resgate e divulgação das obras de escritoras do século XIX não pode ser compreendido como encerrado em si, pois ele indica a necessidade de uma produção crítica que ainda está sendo elaborada, tal movimento é inspirado pela ideia de “re-visão” proposta por Adrienne Rich (2017). Essa perspectiva indica a necessidade de “entrar em um texto a partir de uma nova direção crítica” (Rich, 2017, p. 66), considerando as perspectivas políticas que perpassam a produção literária das mulheres e a crítica elaborada por homens.

Deve-se destacar que mesmo escritoras com uma significativa produção literária, como Júlia Lopes de Almeida ou Maria Benedita Bormann, ainda carecem de maior atenção da crítica literária. Em relação à maioria das escritoras presentes na antologia, essa publicação constituiu uma rara possibilidade de acesso a textos publicados em jornais regionais de pequena tiragem, que agora poderiam atingir a crítica especializada.

2 O que é publicado e o que é celebrado?

Enquanto as ações expostas no primeiro eixo orientam sua atenção à literatura produzida no século XIX e XX, a reflexão proposta pelo que se considera como pertinente ao segundo eixo centra-se na análise sobre uma produção literária contemporânea e atualiza questões semelhantes às do primeiro eixo: o que as mulheres têm escrito? Onde elas publicam? Quem são suas personagens, suas narradoras? Elas têm sido reconhecidas por instituições literárias? Assim como destacado no primeiro eixo, estas questões também refletem discussões que marcam mudanças na forma como as ciências humanas têm produzido o conhecimento científico. Além da forma de concepção da História, citada anteriormente, a discussão proposta pelos feminismos negros e pelos estudos pós-coloniais/descoloniais, dentre outros, acaba por influenciar a forma como tais reflexões têm sido organizadas.

Desde o século XIX, durante o processo de luta feminista pelo sufrágio

universal, vozes como a de Sojourner Truth⁷ questionavam a centralidade das mulheres brancas, cristãs e de classes médias na organização das reivindicações do movimento feminista. Contudo, a atenção às questões de assimetria de poder entre mulheres negras e brancas, mulheres lésbicas e heterossexuais, além da importância de marcadores como classe, geração, nacionalidade, religião e outros, ainda representam questões que demandam mais atenção nas pesquisas brasileiras.

A compreensão da categoria 'mulheres', perpassada por marcadores sociais que configuram necessidades distintas, consolidou-se com a formação de grupos políticos constituídos por mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres transexuais, entre outros. Esses grupos reivindicam a atenção às suas trajetórias, considerando suas particularidades e as diversas barreiras sociais que impedem a concepção do termo 'mulher' como um sujeito universal (Butler, 2003). A compreensão da multiplicidade da categoria mulheres e da intersecção entre marcadores sociais como gênero, classe e raça, no campo da Crítica Literária, despertou a necessidade de compreender a ausência dessa diversidade que compõem a sociedade e não está presente na literatura que é produzida/consumida pela mesma.

O trabalho de Regina Dalcastagnè (2005) é significativo para entender como essas diferentes necessidades precisam ser articuladas para que essa diversidade de mulheres não seja apagada na literatura. Segundo a pesquisadora, ocorre um “estranhamento quando determinados grupos sociais desaparecem dentro de uma expressão artística que se fundaria exatamente na pluralidade de perspectivas” (2005, p. 14). Nesse contexto, uma literatura que abranja a experiência de mulheres negras, indígenas, imigrantes, lésbicas e de outras muitas categorias que se intersectam com a condição de mulher é identificada como marginal no estudo em que a pesquisadora analisa os romances publicados pelas principais editoras brasileiras no período de 1990 a 2004. Como o universo da pesquisa de Dalcastagnè (2005) busca por um espectro mais amplo de ausências e silenciamentos da literatura produzida nesse período, o questionamento da pesquisadora contempla a percepção de que não é apenas a

⁷ Sojourner Truth viveu nos Estados Unidos entre 1797 e 1883. Mulher negra, foi escravizada durante o primeiro terço de sua vida, conquistou a liberdade em 1827. Ela proferiu o Discurso “Ain't I a woman?” em 1851, durante a Convenção das Mulheres, realizada em Akron, Ohio. O principal destaque da fala de Truth é o questionamento sobre os problemas enfrentados por mulheres brancas e mulheres negras, diante de discursos que exaltavam a fragilidade das mulheres, ela questionava se não seria uma mulher, pois durante toda a vida havia realizado trabalhos braçais e sua força física era exigida na mesma proporção que era demandada aos homens.

experiência de mulheres que têm sido silenciadas/reduzidas nas relações de poder que constituem e são constituídas na literatura. A pesquisadora destaca que a experiência de homens que não se enquadram na representação de homens brancos, de classes médias e heterossexuais também é silenciada por instituições voltadas para consagrar o que é considerado como "alta literatura". Para Dalcastagnè,

O que se coloca hoje não é mais simplesmente o fato de que a literatura fornece determinadas representações da realidade, mas sim que essas representações não são representativas do conjunto das perspectivas sociais [...] Está em questão a diversidade de percepções do mundo, que depende do acesso à voz e não é suprida pela boa vontade daqueles que monopolizam os lugares de fala. (Dalcastagnè, 2005, p. 16)

O trabalho coordenado por Regina Dalcastagnè (2005), envolvendo pesquisadoras e alunas da Universidade de Brasília, mais do que identificar mulheres que produzem literatura, visa questionar a diversidade de experiências que não encontram espaço para publicação em conceituadas editoras. Para tanto, ela analisa quais são as narrativas e quem são os narradores que estão presentes nos romances publicados pelas editoras de maior destaque no cenário brasileiro. Sua pesquisa destaca a ausência de diversidade entre as personagens dos romances. O estudo conclui que os romances publicados por editoras de grande porte continuam a reproduzir dinâmicas de exclusão presentes na sociedade, perpetuando a predominância da perspectiva narrativa de homens brancos de classes médias como os únicos representantes autorizados para contar as histórias no espaço ficcional.

Dentre os muitos dados compilados pela pesquisa, alguns merecem destaque: 258 obras compunham o universo dos romances analisados, escritos por um total de 165 autores/as, dos quais 72,7% eram homens, 93,9% são brancos, 78,8% possuem formação universitária, 60% moram no eixo Rio-São Paulo e 90,3% vivem em capitais. Segundo essas informações, o escritor brasileiro “é homem, branco, aproximando-se ou já entrado na meia idade, com diploma de ensino superior, morando no eixo Rio-São Paulo” (Dalcastagnè, 2005, p. 33). Na análise das personagens nos romances, outras informações despertam interesse: das 1245 personagens identificadas, 773 (62,1%) eram homens, enquanto 471 (37,8%) eram mulheres. Apenas em 4 dos livros analisados, correspondendo a 1,6% do total, não havia personagens masculinos, enquanto 41 romances (15,9%) não apresentavam nenhuma personagem feminina. Quando se analisa o componente racial dos romances, os dados são mais reveladores:

Os brancos somam quase quatro quintos das personagens [...]. Em 56,6% dos romances, não há nenhuma personagem não-branca importante. Em apenas 1,6%, não há nenhuma personagem branca. E dois livros, sozinhos, respondem por mais de 20% das personagens negras [registradas]. (Dalcastagnè, 2005, p. 44)

O apagamento das personagens negras sugere uma das manifestações do que atualmente denominamos de racismo estrutural, um projeto político que permeia todas as esferas da sociedade brasileira, reforçando o racismo como traço predominante na construção de nossa sociedade. Das 1245 personagens analisadas nos romances, 994 (79,8%) são identificadas como brancas, enquanto 98 (7,9%) são descritas como negras e 15 (1,2%) como indígenas. Quando é analisada a ocupação das personagens, a ideia de racismo estrutural parece ganhar mais força. Quando consideradas as quatro principais ocupações das personagens brancas, há donas de casas, artistas, escritores e estudantes, elas perfazem 32% das ocupações registradas. Agora entre as personagens negras, as quatro primeiras posições do levantamento são bandido/contraventor, empregado(a) doméstico, escravo e profissional do sexo, as quais representam 50% da ocupação das personagens.

A pesquisa de Dalcastagnè (2005) acaba por corroborar a necessidade de uma crítica literária articulada a uma crítica social que identifique as desigualdades e as ferramentas que sustentam essas desigualdades, inclusive em dimensões simbólicas. Como indicado pelo estudo, o papel das mulheres ainda é secundário nas narrativas analisadas. Homens negros e mulheres negras ainda estão associados predominantemente à violência e ao trabalho doméstico. A presença mínima de personagens indígenas confirma a persistência do projeto de apagamento ou extermínio desses grupos.

É importante registrar que a análise da pesquisadora não ignora que importantes obras têm sido publicadas por editoras menores e têm conseguido destaque no mercado literário, mas a metodologia desenvolvida busca identificar que os processos de seleção de textos para publicação ainda reproduzem dinâmicas que privilegiam uma perspectiva que reforça o ponto de vista do homem branco, cristão, de classe média, oriundos de famílias com amplo acesso à educação formal. Além disso, deve-se destacar que as editoras analisadas na referida pesquisa possuem mais estrutura para divulgação e distribuição das suas obras que editoras de pequeno porte, o que acaba por estimular o

controle dos discursos e a manutenção de grupos sociais subalternizados.

Nessa perspectiva, a produção/divulgação de uma literatura escrita por mulheres é ampliada para uma proposta de representação que contemple a pluralidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, o projeto político da crítica feminista extrapola a atenção dedicada à existência de escritoras e heroínas, sendo importante que elas contemplem uma multiplicidade de categorias que represente a literatura como uma expressão artística/política inclusiva, que pode ser conquistada com o “acesso integral e idêntico às oportunidades de publicação” (Dalcastagnè, 2005, p. 66).

Além da pesquisa acadêmica, que se baseia nas iniciativas de resgate das escritoras do século XIX, as quais revisitam a extensa trajetória de obras literárias criadas por mulheres, as ações das escritoras do século XXI também desempenham um papel crucial no questionamento das referências literárias estabelecidas. Elas ampliam um conjunto de experiências que, em muitos casos, ainda não foram devidamente exploradas na literatura publicada no Brasil. O trabalho de produção literária de escritoras tem contribuído significativamente para registrar experiências que abordam relações que, em grande parte, permanecem à margem dos processos de reconhecimento.

Ao retratarem em suas obras a experiência das mulheres a partir da perspectiva lésbica ou através das vivências negras e sua conexão com a espiritualidade de matriz africana, escritoras como Natália Borges Polesso, Cidinha da Silva e Conceição Evaristo, entre outras, fraturam e ampliam uma literatura que geralmente não recebe o mesmo destaque nas publicações das grandes editoras.

Por outro lado, escritoras como Ana Miranda e Ana Maria Gonçalves, cujas obras são publicadas pelas editoras analisadas na pesquisa de Dalcastagnè, respectivamente Companhia das Letras e Record, também colaboram para a ampliação das representações da experiência de mulheres que expressam parte de uma multiplicidade. Exemplos dessa colaboração podem ser identificadas nos livros *Amrik*, de Ana Miranda, e *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves.

A partir do modelo do romance histórico, Ana Miranda registra a experiência da mulher imigrante em *Amrik* (1997). O foco da narrativa é a comunidade libanesa que se estabeleceu em São Paulo, a partir de finais do século XIX. Nesse cenário, desenvolve-se a narrativa que explora a sensualidade e a cultura do cuidado corporal das libanesas

sem explorar uma perspectiva exótica da comunidade árabe. O texto aponta distinções entre uma literatura árabe tradicional de conteúdo erótico e a vida cotidiana, permitindo observar que as mulheres não possuíam a liberdade sexual descrita nos textos literários.

No romance de Gonçalves, identifica-se o processo de “re-visão” que extrapola a proposta de Adrienne Rich (2017) sobre apresentar uma nova perspectiva de leitura de textos já lidos por uma crítica marcada pela perspectiva dos homens que regulam as instituições literárias. A “re-visão” presente em *Um defeito de cor*, publicado em 2006, visa contemplar a lacuna das protagonistas e dos romances históricos que privilegiam a experiência negra. A escritora retorna ao início do século XIX para contar uma parte da História dos negros no Brasil. A narrativa não obedece a idealizações do século XIX, pois sua protagonista não é o que se poderia chamar de boa ou má, e são as suas contradições que identificam o romance com a literatura contemporânea. Fundamentado a partir de uma ampla pesquisa histórica, o texto toma como referência pesquisas desenvolvidas a partir do século XX e, em muitas passagens, retoma o registro de pesquisadores que fomentaram a ideia do homem cordial e da democracia racial, como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, para explorar os limites dessas análises, apresentando uma perspectiva negra sobre a construção da sociedade brasileira, ampliando a discussão presente nos textos referenciais.

Um outro ponto que merece destaque é a presença de escritoras em instituições que trabalham para o reconhecimento de quem seriam os representantes de uma intelectualidade brasileira. O caso emblemático foi a candidatura, em 2018, de Conceição Evaristo para uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. A escritora foi considerada uma candidata que não obedecia aos protocolos da instituição (Bianchi; Campos, 2018), pois Evaristo não frequentava a ABL antes de sua candidatura, não foi apadrinhada por um dos seus membros e não ofereceu recepções durante o período de campanha. Ao comentar sobre sua candidatura, Evaristo destacava a necessidade de uma mulher negra compor o quadro de membros da instituição e informava que sua obra, premiada e traduzida para vários idiomas, atestava a representatividade de sua produção literária. Ainda que seu capital literário não fosse contestado, a escritora recebeu apenas um voto ao fim do pleito.

Embora se possam fazer várias críticas sobre o acesso à Academia Brasileira de Letras e sobre como se define quem representa as contribuições relevantes para a

literatura brasileira, ao abordar esse tema pretende-se destacar a contínua disputa no campo literário. A candidatura de Conceição Evaristo ressalta essa tensão ao destacar a necessidade de que diferentes mulheres ocupem espaços de consagração. Apesar de sua origem humilde, Evaristo acumula capital cultural⁸, reconhecido pelas universidades onde realizou seus estudos de mestrado e doutorado, além de ter recebido o prêmio Jabuti e receber críticas favoráveis tanto no Brasil quanto no exterior. Esses atributos a colocam em uma posição excepcional em relação a muitos escritores. No entanto, esses feitos não foram suficientes para sua eleição na Academia Brasileira de Letras, já que ela não possui o capital social necessário para fazer parte dessa elite associada à instituição.

Ainda pensando sobre o processo de disputa pela consagração/reconhecimento literário, que ocorre de forma permanente, pretende-se lembrar a discussão sobre a literariedade da obra de Carolina Maria de Jesus. O registro que deu início à discussão é da escritora Elisa Lucinda, que em 2017, durante evento realizado na Academia Carioca de Letras, promovido para homenagear a autora de *Quarto de Despejo*, ouviu o palestrante afirmar que a obra de Carolina de Jesus não era literatura: “só tem uma coisa, isso não é literatura. Isso pode ser um diário e há inclusive o gênero, mas, definitivamente, isso não é literatura”. Impressionada com a avaliação que deveria ter sido feita para homenagear a escritora, Lucinda observou o seguinte: “Aquilo, se não era uma piada de mau gosto, era o que era: uma trágica demonstração de racismo, sob o fenótipo de um argumento acadêmico. Ele exigia dela, para ser literatura, um formalismo acadêmico do qual o sucesso de sua literatura pôde prescindir” (Lucinda, 2017).

Esse registro confirma a maneira como um conceito, como o de Literatura, pode ser modulado para atender diferentes interesses, funcionando como um instrumento político que pode ser utilizado para determinar quem pode ou não ser considerada/o como literato/a. Esse mecanismo funciona de modo semelhante ao acionado no processo de exclusão das escritoras Amélia Beviláqua e Júlia Lopes de Almeida, descritos anteriormente. Além disso, tal passagem denuncia como mecanismos de valoração do

⁸ Ao contrário do capital social que se constitui de forma relacional, o capital cultural é incorporado àquela que o possui, deriva da atividade de “cultivar-se”, e embora possa ser relacionado a títulos acadêmicos, à produção de obras de arte, “O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da 'pessoa'” (BOURDIEU, 1998, p. 74).

texto literário são utilizados para garantir uma autoridade, indicar quem está apto/a a ser reconhecido/a como autor/a de literatura e quem deve ser reconhecido como expressão de gêneros menores.

Os resultados de pesquisas como a realizada por Dalcastagnè (2005), juntamente com o trabalho de escritoras contemporâneas e as contínuas disputas por espaços de reconhecimento no campo literário, evidenciam a necessidade de que o reconhecimento nesse espaço considere as diversas experiências das mulheres, assim como as de outros grupos subalternizados.

Considerações finais

A percepção da existência de uma disputa no campo literário leva em consideração que as dinâmicas de poder que permeiam a sociedade também moldam a literatura. Isso confirma que os processos de apagamento ou marginalização de textos escritos por mulheres são influenciados por um conjunto de valores subordinados a uma visão de mundo que é dominada por discursos que reforçam a centralidade do homem, branco, heterossexual e de classe média na definição do valor literário.

A crítica literária de orientação feminista tem identificado como a literatura escrita por mulheres tem sido considerada uma atividade menos relevante diante da literatura escrita por homens. A influência da Crítica Feminista no contexto da crítica literária brasileira tem colaborado para a reflexão e “re-visão” acerca das análises produzidas sobre a literatura brasileira que tentam marginalizar a produção literária de mulheres em suas diferentes intersecções de classe, gênero, raça, religião e de outros grupos subalternizados, como os homens negros e indígenas.

As ações executadas por pesquisadoras e escritoras brasileiras atuam em diferentes dimensões da produção social que cerca a literatura. Entre a reivindicação do resgate de escritoras invisibilizadas, a crítica aos cânones que negligenciam a produção literária das mulheres e a busca pelo reconhecimento das escritoras contemporâneas, há um projeto político articulado que demanda a ocupação de espaços de consagração literária. Isso inclui desde livrarias e academias de letras até a ainda ausente produção de uma historiografia literária que conecte a produção das escritoras aos processos históricos de formação da literatura brasileira.

Embora as atividades aqui apontadas como relacionadas à crítica literária feminista tenham uma aparência dispersa e fragmentada, com este texto, tenta-se entender os aspectos que as aproximam ao projeto de “re-visão” proposto pela crítica feminista.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Os Caminhos dos Livros**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de História. In: **Obras Escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232

BIANCHI, P.; CAMPOS, M.. Como Conceição Evaristo perdeu sua cadeira na ABL. **The Intercept**, 30 ago. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/08/30/conceicao-evaristo-escritora-negra-eleicao-abl/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BROCA, B. **A Vida literária no Brasil – 1900**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Academia Brasileira de Letras, 2004.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, P. O Capital Social – Notas Provisórias. Tradução de Denice Bárbara Catani. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 67-69.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DALCASTAGNÈ, R. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 26, p. 13-71, 2005. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9077>. Acesso em: 10 jan. 2024.

DUARTE, C. L. O Cânone Literário e a autoria feminina. In: **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 86-94.

FANINI, M. A. Pano para manga: a conversão da Academia Brasileira de Letras em uma arena de moda. **Dobras**. v. 3, n. 9, p. 68-75, 2009. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/311>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FOX-KELLER, E. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? Tradução de Maria Luiza Lara. **Cadernos Pagu**, v. 27, p. 13-34, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/bSBYctG9zPV55wBnbQkpb/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Tradução de Vera Pereira. **Revista de Estudos Feministas**, n. 1, p. 7-31, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HOLLANDA, H. B. O grifo é meu. In: **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 11-19.

LUCINDA, E. Carolina de Jesus é Literatura sim! **Publishnews**, 24 abr. 2017. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2017/04/24/carolina-de-jesus-e-literatura-sim>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RAMOS, T. R. O.; SCHMIDT, S. P. Escritoras brasileiras do século XIX. **Graphos - Revista da Pós Graduação em Letras/UEPB**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 219-222, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/9463/5116>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guillermo do Valle. **Bagoas**, n. 5, p. 17-44, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RICH, A. Quando da morte acordamos: a escrita como revisão. Tradução de Susana Bornéo Funck. In: **Traduções da Cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017, p. 64-84.

RUBIN, G. The Traffic in Women. Notes on the “Political Economy” of Sex. In: **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SCHMIDT, R. T. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. In: DALCASTAGNÉ, R.; LEAL, V. M. V. (Org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010. p.127-141.

SCOTT, J. S. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Educação e realidade**, n. 20, v. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 10 jan. 2024.